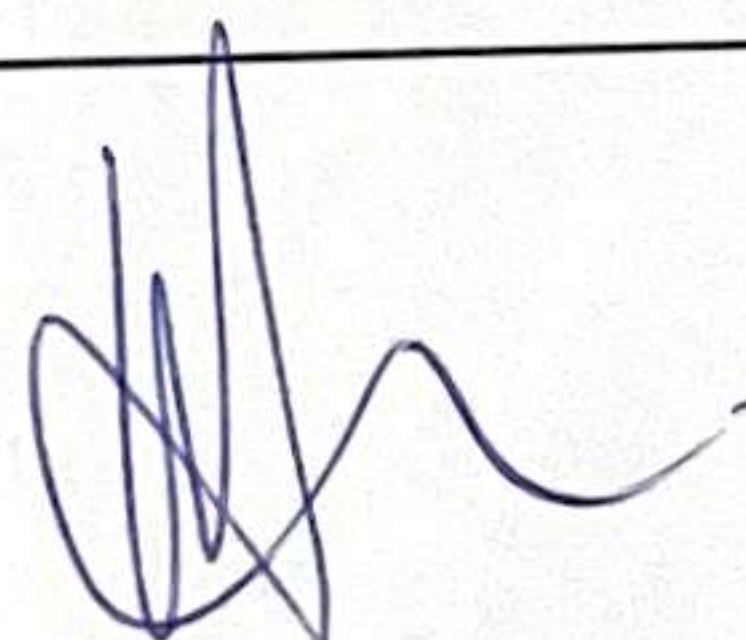


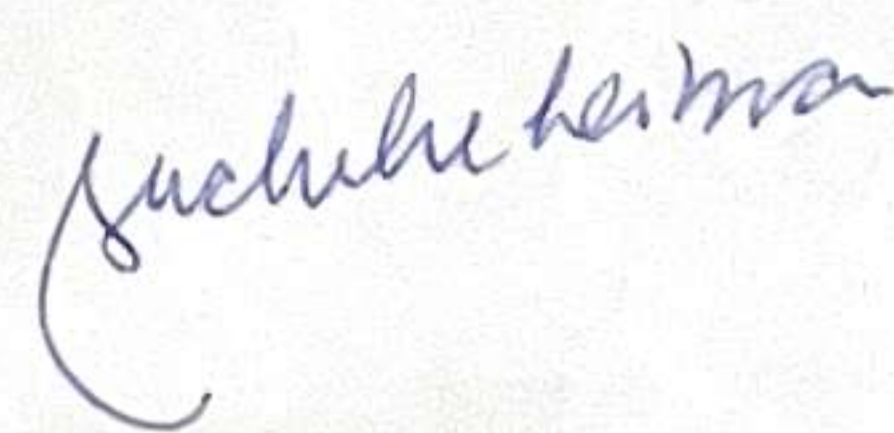
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

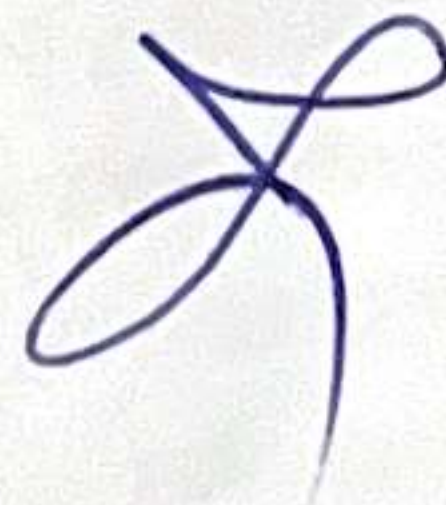
ATA Nº 12/2025	Data: 17/12/2025	Horário: 9h
Local: Reunião realizada na Sala e Reuniões do Caboprev, localizada na Rua José Plech Fernandes nº 14 - Centro, Cabo de Santo Agostinho – PE e Plataforma <i>Microsoft Teams</i> .		
Membros Presentes: • Eduardo Ladislau Silva - Conselho Deliberativo • Ericê Bezerra Correia – Presidente do Conselho Deliberativo (sala virtual na Plataforma <i>Microsoft Teams</i>) • José Antônio Lourenço – Conselho Deliberativo. • Jeferson Rodrigues de Souza – Conselho Deliberativo • Micheline Cavalcanti Lima (sala virtual na Plataforma <i>Microsoft Teams</i>) • Welton Guimarães de Araújo Cabral – Conselho Deliberativo		
Membros Ausentes: • Fábio Diniz de Barros - Conselho Deliberativo (justificado). • Roseli Ramos da Silva – Conselho Deliberativo (justificado).		
Convidado: Não houve convidados.		
Presidente do Conselho Deliberativo: Ericê Bezerra Correia		













Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo para a realização da Reunião Ordinária, estando presentes de forma virtual através da Plataforma Microsoft Teams, o Presidente do Conselho Deliberativo Ericê Bezerra Correia, a Conselheira Micheline Cavalcanti Lima, e de forma presencial os Conselheiros Eduardo Ladislau Silva, Jefferson Rodrigues de Souza, José Antônio Lourenço, a Conselheira Roseli Ramos da Silva posteriormente se ausentando, e Welton Guimarães de Araújo Cabral. O presidente do Conselho Deliberativo agradeceu a presença e disponibilidade dos membros, justificou a ausência dos conselheiros Fábio Diniz de Barros. Seguiu apresentando a pauta da Reunião Ordinária.

01 – Breve retrospectiva do ano de 2025. O Presidente do Conselho Deliberativo realizou uma retrospectiva do ano, registrando que essa é a 12ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo o exercício, destacando a participação ativa dos conselheiros nas deliberações relativas à gestão do Caboprev. Ressaltou-se que, apesar do empenho do Conselho, algumas deliberações não foram plenamente atendidas pela gestão, gerando dificuldades operacionais e informacionais ao longo do ano.

02 – Principais pendências. Ponderações e providencias. Neste ponto, foram destacadas pendências ainda não solucionadas, entre elas: ausência de apresentação detalhada da aplicação dos recursos suplementares repassados ao Caboprev, incluindo o montante aproximado de R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais) e mais 1.900.00,00 (um milhão e novecentos mil), destinados a Despesas Administrativas e capacitações de conselheiros (não ocorridas). Relembrou que, na convocação de representante do setor contábil, foi explicada a necessidade de suplementação na folha do fundo financeiro, mas ficou pendente a entrega desse relatório ao Conselho Deliberativo. Destacou a falta de esclarecimentos sobre recursos destinados à capacitação de conselheiros; não realização de capacitações necessárias à certificação exigida pelos órgãos de controle, o que gera preocupação quanto às avaliações futuras; necessidade de maior transparência e comunicação prévia ao Conselho sobre atos administrativos relevantes, especialmente aqueles publicados apenas em Diário Oficial, quanto a licitações, contratações, entre outras ações da esfera estratégica e da gestão do Caboprev.

Transcrição gerada por IA – “Tatic”.

Conselheiro Ericê Correia -

“É preciso que vocês observem que em todas as reuniões, durante o ano de 2025, nós tivemos o cuidado de colocar ao final aquilo que tinha sido deliberado por nosso conselho, nas Atas de nossas reuniões, bem como registramos as pendências existentes. O resumo do que tinha sido resolvido e do que ficou pendente. E se nós pegarmos a última reunião em novembro, tem lá algumas pendências. Tem assuntos não tratados pela Direção, que



Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo para a realização da Reunião Ordinária, estando presentes de forma virtual através da Plataforma Microsoft Teams, o Presidente do Conselho Deliberativo Ericê Bezerra Correia, a Conselheira Micheline Cavalcanti Lima, e de forma presencial os Conselheiros Eduardo Ladislau Silva, Jefferson Rodrigues de Souza, José Antônio Lourenço, a Conselheira Roseli Ramos da Silva posteriormente se ausentando, e Welton Guimarães de Araújo Cabral. O presidente do Conselho Deliberativo agradeceu a presença e disponibilidade dos membros, justificou a ausência dos conselheiros Fábio Diniz de Barros. Seguiu apresentando a pauta da Reunião Ordinária.

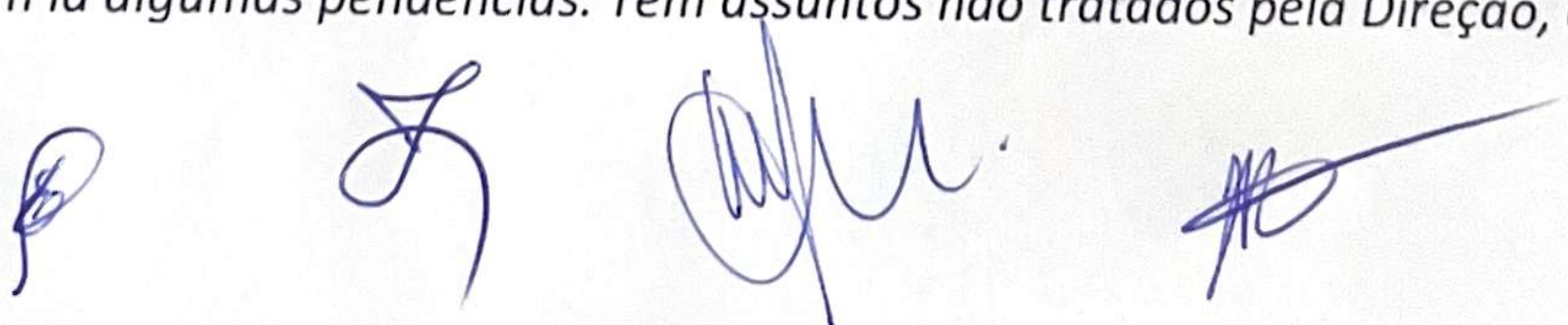
01 – Breve retrospectiva do ano de 2025. O Presidente do Conselho Deliberativo realizou uma retrospectiva do ano, registrando que essa é a 12ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo o exercício, destacando a participação ativa dos conselheiros nas deliberações relativas à gestão do Caboprev. Ressaltou-se que, apesar do empenho do Conselho, algumas deliberações não foram plenamente atendidas pela gestão, gerando dificuldades operacionais e informacionais ao longo do ano.

02 – Principais pendências. Ponderações e providencias. Neste ponto, foram destacadas pendências ainda não solucionadas, entre elas: ausência de apresentação detalhada da aplicação dos recursos suplementares repassados ao Caboprev, incluindo o montante aproximado de R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais) e mais 1.900.00,00 (hum milhão e novecentos mil), destinados a Despesas Administrativas e capacitações de conselheiros (não ocorridas). Relembrou que, na convocação de representante do setor contábil, foi explicada a necessidade de suplementação na folha do fundo financeiro, mas ficou pendente a entrega desse relatório ao Conselho Deliberativo. Destacou a falta de esclarecimentos sobre recursos destinados à capacitação de conselheiros; não realização de capacitações necessárias à certificação exigida pelos órgãos de controle, o que gera preocupação quanto às avaliações futuras; necessidade de maior transparência e comunicação prévia ao Conselho sobre atos administrativos relevantes, especialmente aqueles publicados apenas em Diário Oficial, quanto a licitações, contratações, entre outras ações da esfera estratégica e da gestão do Caboprev.

Transcrição gerada por IA – “Tatic”.

Conselheiro Ericê Correia -

“É preciso que vocês observem que em todas as reuniões, durante o ano de 2025, nós tivemos o cuidado de colocar ao final aquilo que tinha sido deliberado por nosso conselho, nas Atas de nossas reuniões, bem como registramos as pendências existentes. O resumo do que tinha sido resolvido e do que ficou pendente. E se nós pegarmos a última reunião em novembro, tem lá algumas pendências. Tem assuntos não tratados pela Direção, que

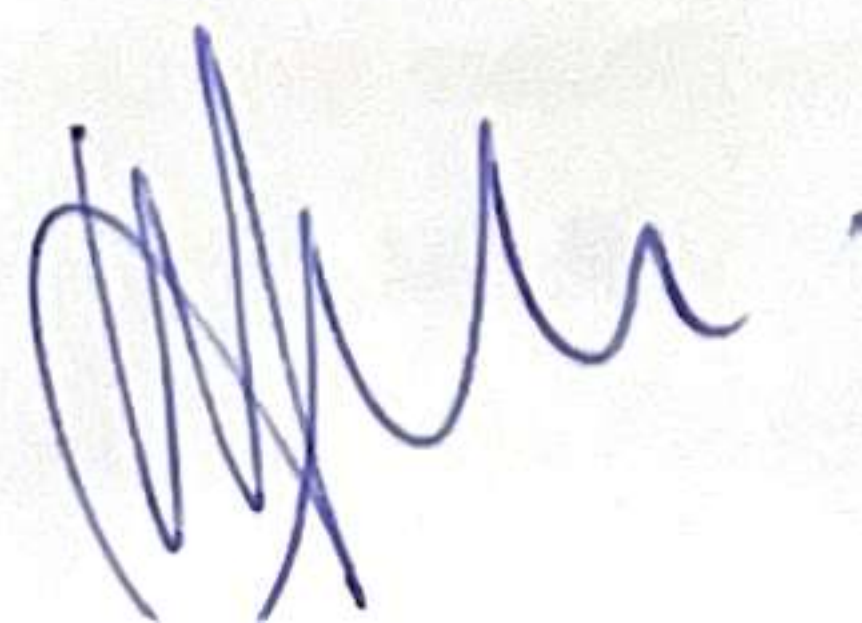


Embora nossas deliberações estão em aberto, em relação a alguns pontos de informações e temas abordados. É preciso que saibamos exatamente como iremos proceder nessas pendências. Então, por exemplo. Tem a pendência que nós solicitamos o demonstrativo da verba suplementar de 49,5 milhões de reais repassando ao Caboprev pela Prefeitura, a descrição de onde esses recursos foram aplicados/alocados. Isso não nos foi demonstrado até agora. Assim como 1.9 milhões de reais também em verba suplementar em 2025, inclusive com 100 mil reais efetivado, isso até onde eu sei. Enfim, tivemos problemas da não realização de nossas viagens, do ponto de vista de capacitação efetivamente para os eventos, o que em muito nos prejudicou no aprendizado e conhecimento das questões previdenciárias, onde os conselheiros precisam se capacitar. Nós estamos chegando ao final do ano com 5 conselheiros, ainda sem a certificação exigida pela Secretaria da Previdência e isto vai afetar a nossa CRP em 2026, inclusive. Isso é um dado que preocupa porque janeiro de 2026, seremos avaliados sobre isso, possivelmente. Espero que a gestão/Direção do Caboprev esteja sob controle nisto. E isso foi uma coisa que não apenas se deliberou, mas foi uma exigência do conselho. Todavia, o conselho foi vencido por essa situação complexa de nós não termos a oportunidade de realizar capacitações. E isso, obviamente, levou a não realização. Essa falta de capacitação, associada a não realização de certificação dos Conselheiros, prejudicou o bom andamento dos trabalhos em 2025. A situação do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos, tem situações parecidas com as do Conselho Deliberativo. Dessa forma, o Caboprev precisa trabalhar agora em 2026, para reverter esse cenário de 2025, buscando a Gestão/Direção, de fato cumprir as normas e procedimentos para a melhoria em 2026. "

03 – Articulação para a continuidade da Lei para a Gratificação dos Conselheiros em 2026.

Foi discutida a articulação para a continuidade da lei de gratificação dos conselheiros para o exercício de 2026. Registrou-se que, apesar de esforços junto ao Executivo, Legislativo e Ministério Público, a legislação ainda não foi aprovada. O tema permanece como pendência prioritária para o próximo exercício, sendo ressaltada a importância de segurança jurídica para o pagamento da gratificação. O conselheiro José Antônio pontuou sobre a falta de acompanhamento, por parte do conselho, das discussões sobre eventual reforma da previdência municipal e a necessidade de atualização e elaboração do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, considerando defasado e inadequado à realidade atual. Sugeriu incluir na pauta da próxima reunião.

Conselheiro Ericê Correia - " O terceiro ponto, é a articulação para a continuidade da lei de gratificação dos conselheiros em 2026. Nós lutamos muito esse ano, muito mesmo! Para termos



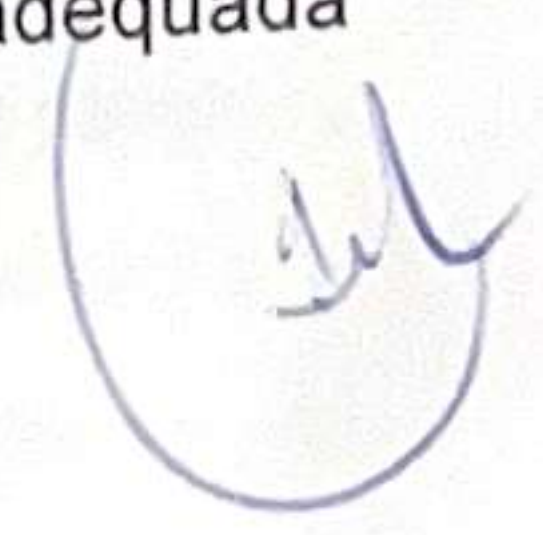
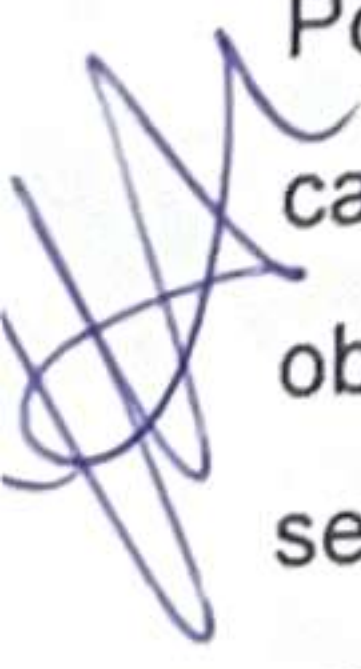
a nossa gratificação reconhecida, esse processo foi a até o Executivo, ao Legislativo, chegou até o Ministério Público (arquivou a nossa demanda), mas infelizmente até o momento, nós não tivemos uma resposta definitiva sobre essa questão. (...) Neste sentido, não obstante, o Caboprev tendo total condições de fazer esse pagamento, uma vez que os recursos deste pagamento não sairão do Tesouro Municipal e sim da Taxa de Administração do CaboPrev, minha opinião é que devemos colocar esses valores de nossa Gratificação na LOA 2026 do CaboPrev, como verba "carimbada", encaminhando ao Executivo Municipal para a elaboração do Projeto de Lei. De maneira que a gente fique muito, mais muito garantido, seja lá em qualquer circunstância, do que for, para que esse recurso seja efetivamente pago pelo trabalho que nós executamos. Então isso também está aí, é nas nossas pendências. Mas, continuamos na luta dessa lei de gratificação para que em 2026 haja esse encaminhamento, efetivamente realizado. Alguém tem alguma ponderação para fazer até o momento? Se não tiver, continuarei com a pauta."

Conselheiro Antônio Lourenço - "Sobre a retrospectiva, uma coisa que em outros momentos nas reuniões eu defendi, que a gente deveria correr atrás também para fazer é a questão da gente acompanhar ou buscar uma forma de ver qual procedimento que a Prefeitura está tomando em relação à reforma da previdência. E também cuidar de confeccionar o nosso regimento interno, que o nosso regimento interno aqui ainda é aquele saturado, do passado, que quase não funciona mais e a gente também já estamos levando esses 2 anos. E não fizemos. A gente vai terminar concluindo os 4 anos e não fazendo o nosso regimento."

Conselheiro Ericê Correia - "Claro! Essa aí é preocupante. O senhor falou de 2 pontos aí, seu Antônio que é fundamental. A questão da lei da reforma, ela tem que partir do Ente juntamente com o Caboprev. O Ente em si pelo até onde eu sei, até agora não mostrou nenhum entusiasmo e nenhum interesse em realizar efetivamente esse processo. E o Caboprev, por sua vez, com a Direção, também apontou no início, mas veio uma série de crises, inclusive a CPI, o que levou a essa parada. Eu diria que 5 meses atrás, quando a CPI se apresentou, ela provocou exatamente uma "hecatombe nuclear" no CaboPrev. Ficamos parados e infelizmente, nada ou quase nada foi realizado. Agora mesmo, o presidente do Caboprev, acaba de adquirir passagens aéreas, quer dizer, fez um processo, está fazendo um processo licitatório para passagens aéreas, que já é um sinal de possível retomada, creio eu. Porém, mais uma vez não fomos comunicado dessa decisão. Só descobri, apenas porque acompanho, todo dia o Diário Oficial e verifiquei Coloquei para vocês aí no grupo. Já é um sinal de que alguma coisa pode acontecer para 2026. Não deixa de ser. E muitas coisas eu acho que precisamos pontuar. Precisamos ter as informações internas, de tudo aquilo que ocorre, o Conselho precisa saber. Até mesmo antecipadamente, e não quando está apenas no Diário Oficial. Então isso me preocupa. Isso me preocupa porque, de fato, ficamos "perdidos" como se diz na gíria. E eu chamo a atenção disso. Não adianta a gente dizer

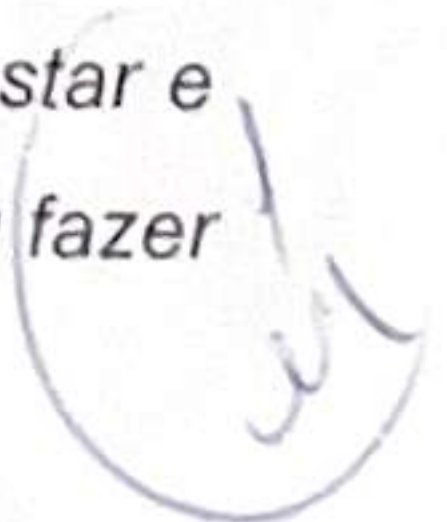
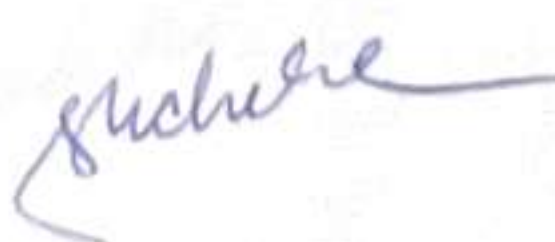
simplesmente que "Ah, isso é uma questão de decisão da Direção" e ou que a Direção, decida fazer sem nos comunicar". Tudo o que se passa no Caboprev, senhores, o Conselho Deliberativo, deve saber e muitas dessas questões, deliberar."

4 - Análise do Plano Financeiro 2026 do CaboPrev. O Presidente do Conselho Deliberativo manifestou preocupação quanto ao documento apresentado como "Plano Financeiro", ressaltando que, a seu ver, trata-se essencialmente de um Plano de Investimentos, sem contemplar de forma adequada os indicadores financeiros e atuariais consolidados, análise detalhada do déficit atuarial, estimado em aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, estratégias claras de equacionamento do déficit atuarial, onde lembrou que verificou que o DRAA ainda está com o repasse de 20.3%, demonstrando preocupação em relação a isso, pois nesse sentido está havendo um aumento desse déficit atuarial. No contexto, lembrou sobre o plano de amortização do déficit atuarial do Caboprev (Lei nº 2.960/2013), que não está sendo aplicado na prática, quando a taxa de repasse patronal deveria ser 22.42%. Pontuou a necessidade de demonstração da situação patrimonial, orçamentária e financeira do Instituto. Foi registrado ainda que, diante da ausência dessas informações, o Presidente do Conselho Deliberativo solicitou vistas e manifestou que não se sente seguro para aprovar o DPIN nos termos apresentados, defendendo que o Conselho receba as informações mais completas antes de deliberar. Criticou a metodologia conservadora da política de investimentos, informou aos Conselheiros que em 2025 o Caboprev deixou de rentabilizar cerca de 3 milhões, que poderia ter sido ganho em aplicações Dividendos mais BDR. Falou da necessidade de constar no documento as dívidas de longo prazo, para que a Gestão saiba como o Caboprev irá se comportar em relação ao patrimônio e dar uma visão melhor para decisão do Conselho. O Conselheiro José Antônio Lourenço manifestou entendimento favorável ao documento apresentado, registrando confiança nas orientações técnicas das assessorias, consultorias e no caráter conservador da política de investimentos, destacando a importância de prudência na gestão de recursos públicos e a observância das metas atuariais de forma equilibrada e sem sofrer riscos. O Conselheiro Jefferson seguiu o mesmo posicionamento. O Conselheiro Welton fez observação sobre constar na minuta da Política de Investimentos, que é prática comum e recomendada a elaboração prévia do fluxo de caixa do exercício seguinte, contemplando entradas e saídas de recursos, antecipação de obrigações, gestão de riscos e conformidade regulatória (Plano Financeiro). Ressaltou que, sob seu entendimento, mesmo sendo documentos diferentes, o Plano Financeiro deveria ser apresentado e debatido previamente, por constituir base essencial para a definição da Política de Investimentos, uma vez que não é possível deliberar sobre investimentos sem a adequada organização financeira do Instituto CaboPrev.

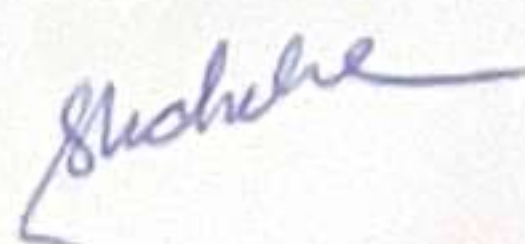


Conselheiro Ericê Correia - "O ponto 4 é a análise do Plano Financeiro de 2026 do Caboprev. Ontem tivemos a apresentação do pessoal da NUI, através dos Consultores, Marco Aurélio e Gutemberg. E eles demonstraram o resultado do que eles estão pensando para fazer do ponto de vista do Plano Financeiro. E os senhores viram que algumas ponderações, eu fiz diante da realidade da situação. Porque o Plano Financeiro é um plano amplo, em que vários pontos devem estar contidos. Embora eles tenham falado e se posicionado em relação, apresentaram um Plano de Investimentos e não um Plano Financeiro. Por exemplo, um Plano Financeiro, precisa conter, um plano de equacionamento do Déficit Atuarial, o que a gente precisa fazer. Quer dizer, na verdade, precisa a Gestão/Direção do CaboPrev, fazer isso com as suas Consultorias. O nosso déficit atuarial é de 1,7 bi aproximadamente. Como é que a gente vai resolver isso? De que maneira? Qual é o caminho? "Ah, isso não me interessa. Isso é problema lá para frente." Bom, cada um que coloque a sua "carapuça", no que deve ser feito e assuma as responsabilidades inerentes às suas atribuições. Outro exemplo, o DRAA 2025, ainda está lá com repasse do Ente na faixa de 20.3%, quando havíamos deliberado a mudança deste valor, considerando as orientações da Lei 2.960/2013 da Prefeitura, que "Dispõe sobre a forma de amortização do déficit técnico atuarial". Ainda no Déficit Atuarial do CaboPrev, fico preocupado com a tendência de crescimento, porque está havendo um aumento desse déficit atuarial, na ordem de 16 milhões (2023), 17 milhões (2024) e aprox 20 milhões (2025) ano a ano, incorporando ao montante da dívida. O que gera exatamente uma preocupação. E a pergunta: tem-se um plano de equacionamento? O déficit atuarial vem sendo empurrado para frente, sem medidas mitigadoras para o melhor equacionamento. E aí eu voltei a analisar a lei 2.960/2013 que aborda a amortização do déficit atuarial mostra, entre outras coisas, qual era o caminho que nós devemos seguir para ajudar na amortização do déficit atuarial. Hoje nós deveríamos estar com 22,42% de repasse do Ente. Infelizmente não há indicadores mais detalhados atualizados sobre a situação do CaboPrev em si, e isso nos deixa sem noção. A gente não sabe. Eu não vou repetir tudo que eu falei ontem. Acho até que foi um pouco cansativo. Mas eu não estou convencido de que esse documento apresentado, reúne as condições necessárias para atender o que é um Plano Financeiro. Ele, na parte do investimento, que é uma parte do setor financeiro, ele foi claro, demonstrou tranquilamente os critérios adotados. A Meta Atuarial do CaboPrev para 2026 calculada pelo IPCA mais 4,28%. Uma Selic de 12,25% para final de 2026, como tendência. Mas isso tudo são projeções, então, para vocês terem ideia, o ano começa com uma Selic de 15%. E os nossos investimentos, irão estar exatamente atrelados a essa questão. Então, quando se coloca uma meta atuarial de 10,23% para 2026, cravando esse valor, a gente está com margem muito de folga em relação aos 15% da Selic, o que é bom, mas muito tímido em relação a melhores ganhos. "Ah, mas o objetivo do Caboprev é ser conservador." Mantenha-se

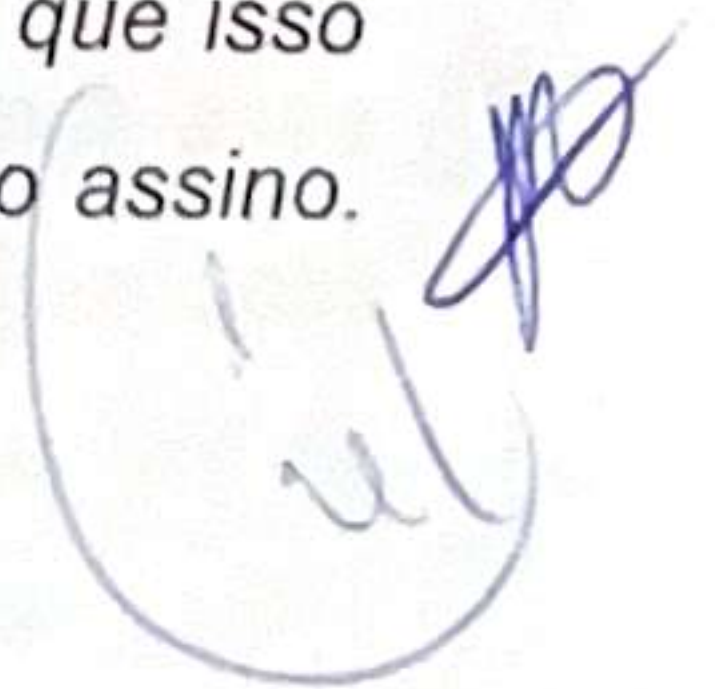
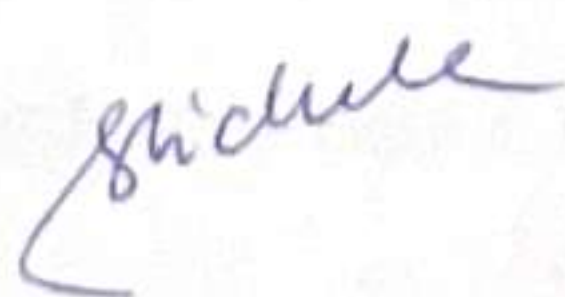
conservador! Mas, eu acho que a gente poderia ser um pouco mais ousado. Essa meta poderia ir para 11,15% alguma coisa assim. Respeito a decisão da definição da meta, mas seria mais ousado. Como eu demonstrei a vocês e falei claramente, a gente deixou de ganhar. Deixou de ganhar 3 milhões, no mínimo, se tivéssemos aplicado em títulos de dividendos mais BDR. Seria uma forma de se ousar e buscar melhor retorno ao mercado. E aí eu coloquei que a Consultoria Financeira, são os orientadores e nesse sentido o time do investimento, precisa estar explicando isso o tempo todo. Mostrando isso e acompanhando e fazendo as transformações que forem necessárias, porque se não fizer isso, a gente fica para trás. Eu estou apenas mostrando que o CaboPrev precisa ter essa velocidade nesse sentido do mercado. Então, para mim, o plano financeiro, quando não mostra, por exemplo, as dívidas de longo prazo, como é que o Caboprev vai se comportar em relação, a sua questão do pagamento sobre o seu patrimônio?, qual o retorno sobre o seu patrimônio?, qual é o resultado orçamentário? Efetivamente, qual é a execução corrente do orçamento? Como é que vai se dar? Qual é o desempenho que a gente vai ter? Tudo isso pessoal, são quocientes que são calculados. E como eu falei, podem nos permitir uma visão melhor para poder deliberar. Estamos "cegos" para decidir. A Consultoria Financeira, apresenta a proposta de investimento, exclusivamente: ok, mas só para vocês terem ideia..... Nós não tivemos conhecimento da LOA de 2026 no Caboprev e isso é grave. Infelizmente a Direção enviou a LOA 2026 para a Prefeitura, sem a gente ter conhecimento e muito menos discuti-la como Conselho Deliberativo que define em última instância a sua aprovação. Então eu, sinceramente, estou cego, completamente cego, para dizer sobre esse plano financeiro. Eu não quero botar dificuldade na vida de ninguém! Deixar isso bem claro. O que eu quero é informação para que a gente decida. Para que eu decida. Vocês decidam. Todos nós decidamos. Eu fui pesquisar com tranquilidade, a dívida atuarial do CaboPrev que ninguém sabia. Eu também não sabia que a dívida do Caboprev em relação a questão do déficit atuarial era de 1,7 bilhão. O CaboPrev vai passar 20 anos, no mínimo, com o repasse que a Prefeitura está fazendo para resolver esse problema? Essa situação é muito complexa. Isso é muito complicado, e confesso que não é de simples solução. Agora, nós como Conselho Deliberativo, temos dois caminhos, ou aceitar aquilo que se coloca de todos os jeitos, de todas as formas e ou questionamos e pedimos medidas para se fazer o correto. O correto, que se diga, mais informações. Não é o que estão fazendo conosco. E essa falta de informação, está errado. Não estou dizendo que eles fizeram errado, mas eles poderiam ter complementado melhor esses documentos. Esse documento está "manco". Não está um documento efetivamente, como deveria ser realizado, a meu ver. Porque como Plano Financeiro, falta muita informação e valores. Quando a gente vai se debruçar e analisá-los fica com receio de tomar decisão. Eu, pelo menos, estou com receio do tamanho do "bonde". O meu receio é de tomar decisão porque mais uma vez eu vou apostar e colocar lá o apoio, a minha assinatura num documento em que eu tenho dúvida. Eu não vou fazer



isso sinceramente, e vou colocar isso em pauta com vocês, certo? Em pauta, e, até mesmo em eleição, porque vai ter que se eleger ou vai ter que se dizer se a gente refuta ou não esse documento. Se aceitarmos, não tem problema, diz quem aceitou, quem foi que aceitou e diz quem não aceitou. Registra-se em Ata e ok! Já vou dizendo aqui a minha posição. Essas informações que eu solicitei e que o próprio Gutemberg concordou, espero que sejam pontuadas e colocadas no Plano Financeiro. Precisamos ter uma radiografia da "saúde" do CaboPrev, nos aspectos financeiros, econômicos, administrativos, atuariais, e contábeis. E efetivamente para a gente tomar uma decisão, não pode ser do jeito que está. Estamos engolindo goela abaixo coisas que a gente não conhece, com detalhes que não sabemos, que não tem informações coerentes e claras. O não envio de um documento para este Conselho Deliberativo, já é um fato efetivamente de chamar atenção. Então, se a gente não teve a LOA de 2026, orientador para a consecução de um Plano Financeiro, como temos instrumentos para decidir. Qual o Plano Financeiro? Quem fará o Plano Financeiro? A NUI fez o Plano Financeiro? Se sim, a mesma não olhou, me permita eu dizer isso com muita propriedade, ela não olhou, por exemplo, para o déficit atuarial do Caboprev, é tanto, que ele joga a questão para o atuário e quando a gente vai em cima do atuário, na lógica atuarial, o que é que a gente vê? Apenas uma recomendação que tem lá que a Prefeitura vai "cobrindo essas despesas específicas". Desculpa, isso é pequeno. O Caboprev precisa ter um plano para o seu Déficit Atuarial, um planejamento de equacionamento, como diz a própria lei 2.960, de 2013. Então, pessoal, eu estou pedindo encarecidamente que a gente olhe isso agora como aqui é uma democracia e aqui é um Conselho, nos cabe como Conselho se posicionar com total independência para cada um dos participantes. Quem estava na reunião, eu mandei exatamente o conhecimento sobre o que é que tem que constar em um plano financeiro. Pronto, e não sou eu que digo aquilo é a Secretaria de Previdência. Essas informações não estão contidas, e se nós não fizermos uma boa análise, estaremos engolindo goela abaixo! Na parte dos Investimentos o CaboPrev adotou um posicionamento conservador e eu respeito a opinião de cada um. Não estou dizendo que o pessoal fez errado, fizeram é uma versão conservadora. De fato, vai se manter uma taxa de meta atuarial 10,25%, que para mim, diante desse cenário que está aí, ela ainda tá muito conservadora. Ela podia ser um pouco mais ousada. A gente poderia aplicar investimento em outros posicionamentos melhores, para dar melhor retorno, mas eu não vou entrar nesse mérito em relação a essa questão, porque cabe a todos nós decidirmos e sei que sou voto vencido. O investimento é com o Comitê de Investimentos. Embora que o Conselho Deliberativo possa e deve opinar, mas isso é uma questão que para não fazer confusão, não vou entrar. No entanto, eu deixo claro que faltam informações como aqueles quocientes contábeis são necessários para que se tome a melhor decisão em dizer que de fato o nosso documento está bem elaborado. Inclusive, todas essas solicitações são procedentes, uma vez que estão dentro da lei. O CaboPrev não tem um Plano Financeiro estruturado. Só um ponto ou outro é que



se faz uma abordagem de dados. Mas, como diz a história, o problema em si, a causa efetiva de se resolver isso, eu senti falta. Eu fico preocupado, por exemplo, só esse ano de 2026, a gestão está prevendo uma despesa administrativa da ordem de quase 7 milhões. De onde esse número? Como foi calculado? A gente sabe disso, pessoal? Precisamos saber como é que tudo foi calculado, de que maneira? A partir de que pressuposto? É preciso que se mostre isso pra gente. Eu sinto falta dessas informações porque eu fui pesquisar, eu fui estudar. Mas isso tem que ser destrinchado para a gente. Nós somos o Conselho Deliberativo e precisamos de informações claras. Eu jamais saberia, pessoal, que nós estamos com déficit acumulado de 1,7 bilhão com uma progressão de quase 20 milhões ano. Mas, pra gente nunca foi dito. Isso nunca foi demonstrado. E como é que a gente vai saber isso? Através de análise técnica de relatório, que é de fato, essas entidades, essas empresas que prestam serviços devem demonstrar. Então eu fico receoso em dar o aval dentro de um Plano Financeiro dessa magnitude neste momento. Como eu disse, eu peguei para olhar, venho olhando e poder decidir o melhor. E de fato, eu não assino este documento do jeito que está. Mas, é como eu disse, vamos votar em votação. O Conselho Deliberativo tem total e total poder e que a maioria decida, é óbvio, registrando em ata as ponderações de cada um. Eu tenho as minhas ponderações, tudo aquilo que eu falei ontem está registrado em Ata, creio eu e essa reunião de hoje vai ser na mesma linha, registro em Ata. Precisamos ter acesso à LOA 2026 do CaboPrev. Na verdade, a gente deveria participar da construção dessa LOA 2026, para que pudéssemos opinar na sua elaboração e ter argumentos para o Plano Financeiro. Ele, como seu Antônio falou aí, do próprio DRAA de 2026. Como é que está esse DRAA? Então, chega alguma coisa pronta. A gente não toma ciência. É complicado não é pessoal? Não pode nem falar sobre o assunto porque muitas vezes chateia. Parece que a gente está contra, não é? Tem companheiros que até me criticaram. Eu respeito, todo mundo tem uma crítica. Eu, estou, eu sou, eu aprendi de quando eu me tornei servidor público, a gente é passível de qualquer crítica. Agora a gente também tem que ponderar as críticas. Então, repito, não quero fazer confusão, não quero fazer nenhum problema de dificuldade para ninguém. Agora, do jeito que esse documento está e da forma como ele está estruturado, ele só vê o aspecto de investimento e esquece da lógica dos dados que a gente precisa ter os dados situacionais financeira, econômica, atuarial, contábil do CaboPrev, através de seus números e índices. Como eu falei para Gutenberg ontem, é preciso que se entenda que a própria decisão de investir, saber quando a aplicação do recurso deve ser mais ousada, e quando deve ser menos ousada. O RPPS, tem que ter o equilíbrio financeiro e o equilíbrio atuarial. Nós estamos tendo isso? De que forma isso está ponderado? Eu só quero isso. Eu só quero saber disso e ver como é que isso está. Se me mostrarem isso, assino na hora, mas enquanto não me mostrarem, eu não assino. Essa é a minha ponderação."



Conselheiro Jefferson Rodrigues- sobre o ponto 4. "Sobre a questão do financeiro. (...) O Plano Financeiro, da maneira que foi dito ontem, eu me convenci, porque em relação ao que você falou em Plano Financeiro. Para mim, eu tinha dois entendimentos, mas como você disse, você estuda, aí você já disse que não vai assinar, provavelmente. (...) eu entendi quando Gutemberg colocou que o Plano Financeiro é uma coisa, DRAA outra coisa, e quem vai cuidar, vai ser o outro time. Eu entendi. Mas se tudo isso está no Plano Financeiro, eu não tenho esse entendimento. Como você não disse, não é? Você não tem pessoal, está muito concentrado nessa questão. Eu assinaria. Ontem, como eu vi? Mas ainda vai fazer, botar para quem assinar? Mas, a assinatura não sei de um ou dois. Não vai valer para 8. Mas no meu entendimento, ontem o Plano Financeiro. Como você diz que ele é um plano a palavra arcaico, e não é arrojado, não é? Eu tenho medo também desses arrojos, não é? Me lembro de Lula Cabral, quando arrojou ao ponto e a gente perdeu tudo que tinha. Aí quando você não perde. Deixar de ganhar. É uma outra situação. Você não pergunta, você ganhou menos, né? Deixou como vocês 3 milhões se fosse alguém que investisse de lá? Não sei se eu fosse presidente do Instituto, talvez eu dissesse, "ó, aborda mais" e o cara fosse lá. E se a meta, por variar, superior e se a meta superior se ela superou o terceiro ou que superou? Também tocou, era nesse sentido. Então eu para mim, o plano financeiro me satisfaz. Está certo. Agora, é quando eu falei naquele dia com vocês, a gente teve para mim, aquele desentendimento no campo de entendimento, né? Que a gente, cada um tem que ter seu entendimento. Eu não posso simplesmente, Ericê o presidente acha e eu tenho que ir naquele caminho. (...)".

Conselheiro Ericê Correia - sobre o ponto 4. "(...) Eu chamo a atenção de vocês para vocês pensarem. Porque se vocês não pensarem, Jefferson, é muito difícil a gente conduzir essa questão. Não é que eu assine e que vocês sigam que eu não assine. Não, não é isso, não. Eu deixo todos vocês à vontade. Agora eu mostro a realidade dos fatos. Por exemplo, só para fechar para vocês, por favor. O Plano Financeiro não é um Plano de Investimento. O Plano de Investimento deve estar dentro do Plano Financeiro. Entendeu, querido? É isso o que ele apresentou ontem: um Plano de Investimento. Esse Plano Financeiro, não temos. O ponto que falei, é que na minha opinião, pode ser um pouquinho mais ousado, que era outra história. Mas, se quiser manter do jeito que está, ok. Pode ficar aí com a Meta Atuarial de 10,25% para 2026, como aponta o Plano de Investimento de 2026, construído pela NUI. Como o consultor a visão da consultoria, sem problema nenhum. Entendeu? No entanto, a gente vai ter do início até o meio do ano, um valor de Taxa Selic de 15% (segundo os especialistas financeiros). Pelo menos essa perspectiva que ele colocou. Os economistas calculam que a Taxa Selic vai cair, mas a Taxa Selic não irá cair imediatamente em 2026. Isso vai ser no final de novembro, outubro, novembro de 2026, por aí. Pode ser que ocorra antes. Pode? Então, isso é muito flexível. Você pode ajustar,

Ericê

por isso que eu perguntei a ele ontem. Por que vocês não viram que estava dando tanto resultado os investimentos em Dividendos mais BDR? Bom, veja, a gente ficou com uma meta atuarial de 9,5% em 2025, o ano todo. E a gente com a Taxa Selic de 15%, e deixando de ganhar dinheiro, que poderia nos ajudar no Déficit Atuarial. E isso é meio o que me preocupa isso no plano, nesse novo plano de 2026. Essa questão do equacionamento da dívida atuarial ajudaria um pouquinho. Veja, eu não estou contra a conservação não, até porque o Caboprev precisa. Aliás, a maioria dos planos da RPPS no Brasil. Eles são conservadores e tem que manter essa conservação para cumprir, mas o objeto não é só a meta atuarial. Quando você fala meta atuarial cumprida, é ótimo, um excelente, perfeito, mas não é o fator central. Tem um déficit atuarial. Como é que vou combater esse déficit atuarial? É isso que eu chamo a atenção de vocês. Então, o Plano Financeiro não é um Plano de Investimento exclusivo. O Plano de Investimento é uma ferramenta que está dentro do Plano Financeiro. O Plano Financeiro é maior, senhores (as). É bem mais amplo e neste caso o documento apresentado falta dados para ser considerado um Plano Financeiro. Eu concordo com o Plano de Investimento da NUI, até certo ponto, como eu já disse e não vou mudar isso. Eu não vou conseguir convencer a José Marcos e companhia de que a Meta Atuarial deve ser maior, embora isso seja uma atribuição do Conselho Deliberativo, tb. Falo com conhecimento de causa, poderia a Meta Atuarial ser um pouco maior. Entendeu? Ele está no conservadorismo muito grande. Mas, tudo bem se quer manter assim. Mantendo porque ele pega 80% dos investimento do CaboPrev, aplica na marcação de curva, aplicados nos bancos do Brasil e na Caixa econômica e ponto. Ele faz isso. Isso dá o quê? Garantia desses títulos, para gerar um crescimento gradativo. Não é tão ousado, mas nos outros 20% ele podia botar 10% da renda variável. Como é que a NUI, como eu falei, por exemplo, NÃO aplicou em dividendos mais BDR, que é um tipo de aplicação que existe atrelado a bancos, que você pode ter um retorno melhor? O retorno financeiro melhor não ocorreu. São questões técnicas, extremamente técnicas que eu não quero entrar aqui no mérito. Eu não vou questionar o trabalho do pessoal da Consultoria de Investimentos, mas o que eu estou dizendo é que quanto a forma e ao conteúdo o documento que foi apresentado ontem, pessoal, é apenas do Plano de Investimento, não é o Plano Financeiro. O Plano Financeiro é maior. Ele precisa de mais informações. Ele precisa de mais detalhes técnicos, é só isso, senhores (as). Eu só estou colocando isso. E eu não estou dizendo em absoluto que vocês concordem comigo ou não assinem, porque vejam, todos vocês podem assinar e apenas eu dizer que não assino, acabou-se, ganha o Colegiado."

Conselheiro Jefferson Rodrigues - sobre o ponto 4. "(...) Quando vim, eu assino. É a minha posição. Entendeu quando eu digo que os outros vão assinar porque você está, não está, eles não estão errados não. Mas está sendo assim pela sua justificativa, que é muito boa, plausível, certo? Mas você mesmo diz que o Plano de Investimento dele não tem nada de irregular. Não tem

irregularidades, são precavidos, tem capital, e está dentro da Meta Atuarial agora. É nesse sentido que eu, só estou dizendo isso. Eu estou dizendo aqui que assinarei quando chegar, mas ainda vai vir, né? (...)"

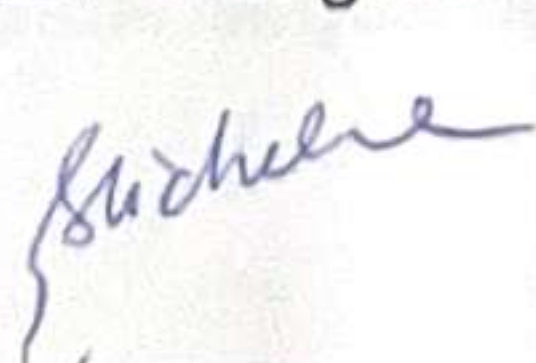
Conselheiro Antônio Lourenço - sobre o ponto 4. "Estou a olhar também agora com relação à questão de ontem. Eu fiquei satisfeito porque o que o Consultor colocou. Ele coloca todos os parâmetros, que estão acontecendo no hoje para a gente. E, pois, se a gente hoje é o quinto melhor RPPS de Pernambuco, não é pessoal. Ontem mesmo Gutemberg disse que os nossos, fiscalizadores, todos eles, que viram o Plano de Investimento e está tudo dentro dos parâmetros legais.(...). Depois da sobre o próximo ponto, professor, eu tenho um breve comentáriozinho em relação a essa questão do que foi apresentado ontem e tenho uma proposta para ver se a gente administra um pouco, como que nós vamos alinhar para resolver essa questão, porque ficou em pendência ontem o processo que o senhor Ericê pediu vista. Pediu mais um prazo para verificar mais. Essa é a quinta vez que eu venho para a reunião para tratar dessa questão e ainda não está resolvido porque está em pendência ainda, não é? E a gente tem que ter um encaminhamento para decidir sobre isso. Mas um breve comentário que eu queria fazer é o seguinte. É o que foi apresentado ontem. Eu também, eu vou à linha do Conselheiro Jefferson por três razões. Primeiro, o Comitê de Investimento trabalhou e a beleza está de acordo. A política, meta atuarial apesar do Conselho Deliberativo ser um órgão que fiscaliza, orienta, e cobra, postura, posição e etcetera e tal, mas são os técnicos que orientam a nós para que a gente possa seguir aquela diretriz mais segura para a sustentabilidade do Instituto e também. E também a sustentabilidade na técnica das assessorias, porque, na verdade, um Plano Financeiro ou uma política de investimento de um setor privado ou de uma pessoa física, tem caráter de risco. Mas, o problema fica única e exclusivamente para o dono do recurso. Eu sou um empresário, eu construo a minha política de investimento. Contrato as assessoria e para comprar as carteiras etcetera, o dinheiro é meu. Lá eu posso determinar quem olha, aplique desse jeito e se lá na frente der certo, beleza. Se não der, eu perdi, mas foi o meu dinheiro. O grande problema aqui é o cuidado que nós temos, porque nós estamos deliberando, em política de investimento do setor público, que não é nosso, é da instituição, ela é dos servidores. A gente não pode fugir da orientação técnica, porque se fugir da orientação técnica e lá na frente da errada, aí a responsabilidade, vai ser nossa. Se a gente seguir a orientação técnica e lá na frente der errado, a responsabilidade vai ser dos técnicos, do setor técnico. Que transmitiu toda a segurança e toda a garantia para o Conselho e para os fiscalizadores, que era aquele caminho que tinha que seguir. Aí então eu, eu sigo o que eles estão dizendo, por esta razão. E na minha visão, Ericê, o que eles estão apresentando de certo modo para a gente não é ruim. Tudo bem, eu concordo com você que a gente precisa ganhar mais. Mas, se no próximo ano, mediante ano eleitoral,

Ericê

[assinatura]

[assinatura]

mediante política econômica Internacional, mediante regra, imposta pelos Estados Unidos e se, por exemplo, as taxações que os Estados Unidos impôs ao Brasil será, ela era uma política de geração de desemprego no Brasil. Aí o governo federal automaticamente tem que criar uma política de geração de emprego e a principal política de geração de emprego que o governo pode instituir é baixar juros para os investidor ao invés de investir em no título financeiro, ele passa a investir em serviços. Tu tá entendendo? E aí o que que acontece com o risco, né? Se virem essas prerrogativas de lá para cá, imposto ao Brasil, o risco de baixar o juro é muito grande, porque o governo vai querer gerar emprego, vai querer manter, estimular os projetos sociais. E aí ele, baixando o juros, significa que o dinheiro vai entrar no mercado em serviço. Ninguém vai fazer aplicações. O juro caiu, se o juro cair, o que é que acontece? A nossa meta atuarial está dentro do equilíbrio. A gente não tem problema nenhum. Agora, se a gente arriscar demais e o juro cair, a gente não atingirá a meta. Aí isso se for por posição definida pelo Conselho, que o Conselho não, não pode definir isso. O Conselho apenas orienta. Mas apesar de assinar com esse requisito, a gente vai se responsabilizar um pouco, porque nós determinamos que ele fizesse daquele jeito. Então, eu acho Ericê, que as suas ponderações, eu acho que elas são importantes. Não está fora do curso. Quero que a gente possa ganhar cada vez melhor. Mas, os cuidados para que a gente não caia na possibilidade de não cumprir com as metas que nós estamos promovendo é importante. O risco para a gente é maior, entendeu? Porque é como dizer o seguinte, olha, você pôs uma meta atuarial de 13%, digamos aí a taxa caiu e a meta de vocês só atingiu 10%. O que foi que vocês viram? Quem foi que orientou a vocês? É vocês propor essa meta atuarial de crise aí, cara, para cima que a gente tem que justificar. Tem que ter a justificativa. Então eu acho que o que eles estão propondo não é muito vantajoso para a ganhar muito mais, a gente não vai perder e é possível que a gente se mantenha dentro de um equilíbrio, mesmo que o juros venha a ter queda no próximo ano. Eu acho que esses cuidados a gente precisa ter também a prudência, porque nenhum analista eu lhe digo, você é professor, você sabe, nenhum analista, nenhuma assessoria vai colocar em risco a idoneidade do trabalho deles. Porque se por acaso a gente, o analista e a assessoria vai lá, não, o Conselho está pedindo, a gente vai perguntar isso quando for no ano que vem. Não bate aí, o que que acontece? Eles, que são desmoralizados, porque estão fazendo cálculo atuarial equivocado. Não estão analisando bem. Então eles estão com esse cuidado, não é só na preservação conservadora do Instituto, não. Eles também estão preocupados com a idoneidade aí da do trabalho deles, porque se eles fizerem lá na frente, não der certo, ninguém vai querer mais contratar eles, né? Vai ter esse cuidado.(...). A outra proposta é a seguinte, veja, o senhor solicitou vista com o processo, para que fazer uma breve análise para poder tomar uma decisão sobre ele. Nós, como Conselheiros em consideração, aos seus cuidados a gente não discordou. A gente ontem concordou, não é? É importante que faça agora. Eu queria propor o seguinte, para o Plano Financeiro que a gente



pudesse fazer sentar para fazer essa essa breve análise e etecetera, e tomar a decisão de definir sobre esse plano financeiro o mais breve possível. E, ao mesmo tempo, tirasse desse debate do plano financeiro esses demais. Outros pontos que o seu comentário tem, porque esses outros pontos a gente pode tirar o encaminhamento de debater com as assessorias e debater com Comitê de Investimento e com a gestão do Instituto para que a gente deline esses outros pontos e ir diretamente só nesse plano financeiro para redefinir sobre isso, porque essa é a quinta vez que nós estamos lutando com esse Plano Financeiro aí. Eu queria propor que separasse, analisasse bem o que é que vamos debater, que está dentro do Plano Financeiro."

Conselheiro Ericê Correia - sobre o ponto 4. "É aí que está o nó, acho que vocês não estão entendendo o que eu estou falando, o que eu estou dizendo. Eu não estou falando que o Plano de Investimento criado e apresentado ontem, pelo pessoal da NUI, que eu estou completamente em desacordo. A única coisa que eu ponderei na verdade foi que na previsão de Meta Atuarial, uma vez da falta de informações precisas sobre a situação do CaboPrev. A NUI foi mais "tímida", vamos dizer assim. Mais tímidos em relação ao que prevê a própria Taxa Selic prevista para o longo do ano de 2026. Porque, repito, a Taxa Selic só vai cair muito do meio do ano em diante, segundo analistas. Esse juro vai caindo ao longo do processo do desenrolar do cenário econômico mundial e do Brasil. Então a gente já inicia janeiro com taxa Selic de 15%. A próxima reunião do Copom é que vai ser analisada se haverá algum corte de juros. Então, eu não tenho questionamento pesados sobre o Plano de Investimento o que eu estou falando é Plano Financeiro. O plano Financeiro requer uma análise global das questões. Pô, vocês não lembram que eu coloquei aí no grupo? Olha o que é o Plano financeiro? O Plano financeiro delimita uma série de informações e tem vários RPPS no Brasil que seguem uma forte análise do Plano Financeiro, para estabelecer os parâmetros do Plano de Investimentos. Vocês podem fazer uma pesquisa que demonstra claramente esse fato. (...)". Vamos ver essa questão, por exemplo, do déficit atuarial, eu creio que nem eu, nem o senhor, nem nenhuma pessoa aqui do Conselho tem condições de debater essa questão do déficit atuarial ao ponto de chegar a um conhecimento técnico para deliberação sobre a questão do Plano Financeiro. O que é a questão do déficit atuarial? Se a assessoria de investimentos diz que é uma prerrogativa que vem de dentro da Prefeitura, eles não estão errados, eles estão certo, porque o esse déficit atuarial não está considerado na política de investimento do Instituto, no Plano de Investimento. Esse déficit atuarial realmente está ou deveria estar dentro do Plano Financeiro do Instituto. (...) que está previsto para essa segregação de massa só acabar quando não tiver mais nenhum aposentado/pensionista, vinculado a esse fundo financeiro e que vai sendo amortizado ano a ano, até terminar o último dependente. Porém, até lá teria que haver uma forma de amortecer e isso se chama plano de equacionamento do déficit atuarial que não temos. Vejamos que isso foi ensinado

Ericê

nos cursos de capacitação e aprendemos. (...).

Conselheiro Antônio Lourenço – sobre o ponto 4. – *“Mas deixa eu lhe dizer, o repasse do Ente, na minha visão, no que eu analisei, não implica na amortização do déficit atuarial, do Plano Financeiro, o repasse do Ente, ele incide na política de investimento, que são recursos que está vindo dos servidores, que está fora da massa segregada, que está fazendo seu investimento. Por exemplo, se hoje a gente está em 700 milhões ou perto, ele vai crescer grandiosamente, a questão do fundo de investimento, mas um Fundo Financeiro, continua o mesmo. (...) Da matéria que foi apresentada ontem. Esses outros temas, que o senhor está falando, vamos convocar as assessorias, os departamentos para a gente debater e para gente ficar bem amadurecido no processo para maior decisão.”*

Conselheiro Welton Cabral – *“Bom dia, pelo que eu notei assim, né? Ontem eu não pude participar ativamente porque eu estava em outra reunião escutando e participando de uma reunião. Mas eu acredito que haja dois documentos. Pelo que eu entendi, é esse Plano de Investimento que é a política de investimento e esse Plano Financeiro, mas vê só, esse para só elucidar, eu acho muito importante, na página 15, no capítulo 17 tem assim, ó, que é da política de investimento, registro do fluxo de entradas e saídas para ano da política de investimento. Aí tem assim, a adoção do fluxo de caixa do ano seguinte. Para a elaboração da política de investimento de um regime próprio de previdência social é uma prática comum e recomendada. Eu acredito que se houver dois documentos. Por esse capítulo que está falando aqui justamente basicamente do Plano Financeiro. Eu acredito que o Plano Financeiro era para **ser exposto antes, e daí então, a gente debater logo, a posteriori, o plano ou a Política de Investimento**, porque não tem como você investir, se você não organizar a sua casa, entende? E aqui tem no capítulo 17, eu acredito, eu acredito que são documentos. (...). Eu acredito que são dois documentos separados, mas na política de investimento tem dizendo no capítulo 17 que tem que ser feito, ou pelo menos é uma prática de investimento comum e recomendada que haja essa elaboração futura do fluxo de caixa do ano seguinte dos gastos, antecipação das obrigações a gestão de risco.”*

05 – Ponderações sobre a LOA 2026 do CaboPrev. O presidente do Conselho Deliberativo informou que o Conselho não teve acesso prévio à proposta da LOA 2026 do Caboprev, a qual já se encontra em tramitação junto ao Executivo e Legislativo municipal, fato que gerou preocupação quanto NÃO participação do Conselho Deliberativo no processo de elaboração, análise e aprovação orçamentária, conforme determina a Lei, isto constitui-se falta gravíssima. O Presidente do Conselho Deliberativo aproveitou para relembrar sobre o ocorrido em relação ao



DRAA. Lembrou aos Conselheiros que no próximo ano de 2026, haverá novamente a análise para aprovação do demonstrativo, e sugeriu que os Conselheiros ponderem sobre os temas em relação à Meta Atuarial, Déficit Atuarial, Despesas e Taxa de Administração, que são indicadores que deveriam estar no Plano Financeiro, para debate e ampla discussão. Reforçou a dificuldade da execução do trabalho do Conselho em relação às obrigações que precisam atender e a falta de apoio da Gestão do CaboPrev e Consultorias em fornecer material adequado para a tomada de decisões. Sugeriu definir na próxima semana, reunião extraordinária para última análise da Política de Investimentos, e se posicionou contra o documento recentemente apresentado, reforçando a necessidade de mais clareza e mais informações já apontadas anteriormente no ponto 4.

Conselheiro Ericê Correia - "O item 5, é a LOA de 2026 do CaboPrev, que também eu, lamentavelmente, já verifiquei que a gente não teve acesso e está lá transitando, na Prefeitura e na Câmara dos Vereadores. Foi para a Prefeitura, quer dizer, a Prefeitura já encaminhou para a Câmara. A câmara já está em processo de votação da LOA 2026 do Município do Cabo de Santo Agostinho. E nesses dias o processo da LOA da Prefeitura como um todo, vai ser colocado e vai estar aprovado. A nossa LOA do Caboprev, foi encaminhada e não participamos de sua elaboração. Alguém quer ponderar alguma coisa sobre esse aspecto? Se não, a gente segue (...). A situação é tão grave, uma vez que os Conselheiros não tomaram conhecimento da LOA 2026. Isso é um problema sério para o Caboprev para a Gestão/Direção, por quê? Porque ele não apresentou ao Conselho Deliberativo a LOA 2026, antes de mandar para a prefeitura. Erro grave, uma vez que o Conselho Deliberativo, deveria participar de sua elaboração. Dá motivo para improbidade administrativa. A gente não quer bloquear ninguém. Queremos resolver o problema, mas a LOA 2026 não foi construída com o Conselho Deliberativo, como manda a Lei, e muito menos encaminhada para a Prefeitura com nosso aval. Eu acredito que ninguém soube. Então, senhores (as), como isso aconteceu é preocupante. Isso é muito preocupante. Aí foi a desculpa de que a gente foi para Salgueiro. Espera aí. Pedia que pelo menos dois representantes do Conselho Deliberativo participassem e não fosse para a cursos. Eu mesmo ficaria disponível para ir para a elaboração da LOA 2026, para construir, porque eu queria mudar a rubrica, por exemplo, de nossa gratificação que não aparece, dentre outros aspectos relacionados a despesas e taxa de administração, aportes e etc."

Outros assuntos e ponderações finais - 06, 07, 08 e 09. O Presidente do Conselho Deliberativo, falou brevemente sobre as movimentações finais para resultado da CPI e a expectativa de normalização e continuidade das atividades previdenciárias do Caboprev. Em seguida, apresentou proposição no sentido de ampliar a transparência das atividades do colegiado, sugerindo a possibilidade de transmissão ao vivo das reuniões por meio de plataforma

digital, gravação para posterior disponibilização pública, ou, alternativamente, a manutenção do modelo atualmente adotado. Ressaltou experiências positivas de outros Regimes Próprios de Previdência Social que adotaram práticas semelhantes. A Conselheira Micheline posicionou-se favorável à gravação e disponibilização das reuniões ao público. Os demais Conselheiros presentes fizeram as ressalvas e não concordaram. Diante da ausência de consenso, o Presidente registrou que a proposta não foi aprovada, ficando deliberado que não haverá, no momento, gravação ou transmissão pública das reuniões, apenas a transcrição, devendo o tema ser reavaliado oportunamente, após eventual regulamentação interna, como atualização do Regimento Interno ou instituição de Código de Ética e Conduta. Em seguida, o Assessor Técnico do setor de licitações, foi convocado para esclarecer sobre a publicação no diário oficial do pregão para contratação de empresa de passagens aéreas.

Esclareceu, o senhor Sr. Alisson do setor de Licitação, que a publicação possui caráter preventivo e de planejamento, não estando vinculada à demanda imediata, tendo por objetivo garantir a existência de contrato vigente para atendimento de futuras necessidades institucionais. Informou que o processo integra o plano de contratações do Instituto e será realizado na modalidade de pregão eletrônico, assegurando regularidade e transparência.

Conselheiro Ericê Correia - "O **item 6**, as ponderações sobre o DRAA de 2026, o Conselheiro Jefferson falou que está sendo construído agora em fevereiro/2026, e possivelmente a gente vai participar. Esse DRAA 2026, sugiro que esse ano se faça essa reunião online ou presencial, e que seja bem debatido este documento, porque esse ano já temos conhecimento suficiente. Para discutir demoradamente todos aqueles pontos necessários para a nossa deliberação. No ano passado não tínhamos. Hoje temos e isso é muito bom. O **item 7** ponderações sobre investimento de 2026, o que acho é que poderíamos ser mais ousados em alguns investimentos. Mas, se não está sendo OK, respeito a decisão do Colegiado. Vamos seguir a mesma metodologia que está sendo adotada. O **item 8** ponderações sobre Meta Atuarial, Déficit Atuarial atual, Despesas, Taxa de Administração são todos indicadores que deveriam estar colocados no documento do Plano Financeiro para servir de base para o Plano de Investimentos, e esses indicadores todos precisam constar. Precisamos ter um amplo debate e ampla discussão com antecedência, para se ter um Plano Financeiro consolidado. E nós não estamos tendo essas informações. Como eu falei, vou repetir de novo, como é que o Caboprev vai "honrar" a sua dívida no longo prazo? É possível fazer planejamento. Precisamos saber sobre os índices contábeis, capacidade de solvência, endividamento geral, liquidez, entre outros, que devem constar no documento. E com esses dados e informações nós vamos ter uma visão clara de como Caboprev está e como é que ele vai ficar nos próximos anos."



Por fim, não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 11h21.

João Antônio Loureiro

ANEXO I – Acompanhamento de Deliberações do Conselho Deliberativo. Reunião Ordinária nº 12, em 19/12/2025.

Deliberações:	Encaminhamento:	Status/Situação:
Disponibilização dos Relatórios de Novembro/2025;	Secretária / Assessoria Especial do Caboprev / Setores Folha, Contabilidade, COMPREV, Investimentos, Atuária.	Aguardando o fechamento dos relatórios do mês. Será disponibilizado através de pasta virtual. Pendente.
Convocação de Reunião Extraordinária pelo Gestor do Caboprev. Temas pontuados na C.I nº 285/2025 (DRAA).	Direção do Caboprev / Conselho Deliberativo	Pendente.
Contratação Especialista para Capacitação de Conselheiros; Encaminhamento de inscrições e logística necessária para participação dos Conselheiros nos Congressos e Seminários APEPP, ANEPPREM.	Direção do Caboprev / Secretária / Setor de Contratos/Licitações	Comunicação realizada através da CI nº 193/2025. Contratação de Especialista. Em andamento.
Atas de Reuniões do Comitê de Investimentos para o Conselho Deliberativo e Relatório simplificado das deliberações do mês.	Comitê de Investimentos / Secretária / Setor de Investimentos	Ata de Reunião Comitê de Investimentos disponível no site: https://caboprev.pe.gov.br/governanca-corporativa/comite-de-investimentos/atas-de-reunioes
Comunicação sobre convocação da Conferência Municipal Previdenciária.	Conselho Deliberativo / Secretaria / Direção Caboprev	Reunião Extraordinária Convocada para o dia 7/11/2025. Concluído. Calendário de Reuniões Extraordinárias sobre a Conferência. Pendente.
Ofício Conselho Fundeb.	Conselho Deliberativo / Secretaria	Pendente.

Guilherme

8

u

Demonstrativo/Relatório
de detalhamento referente ao
Decreto de Crédito Suplementar
(folha e
capacitações)

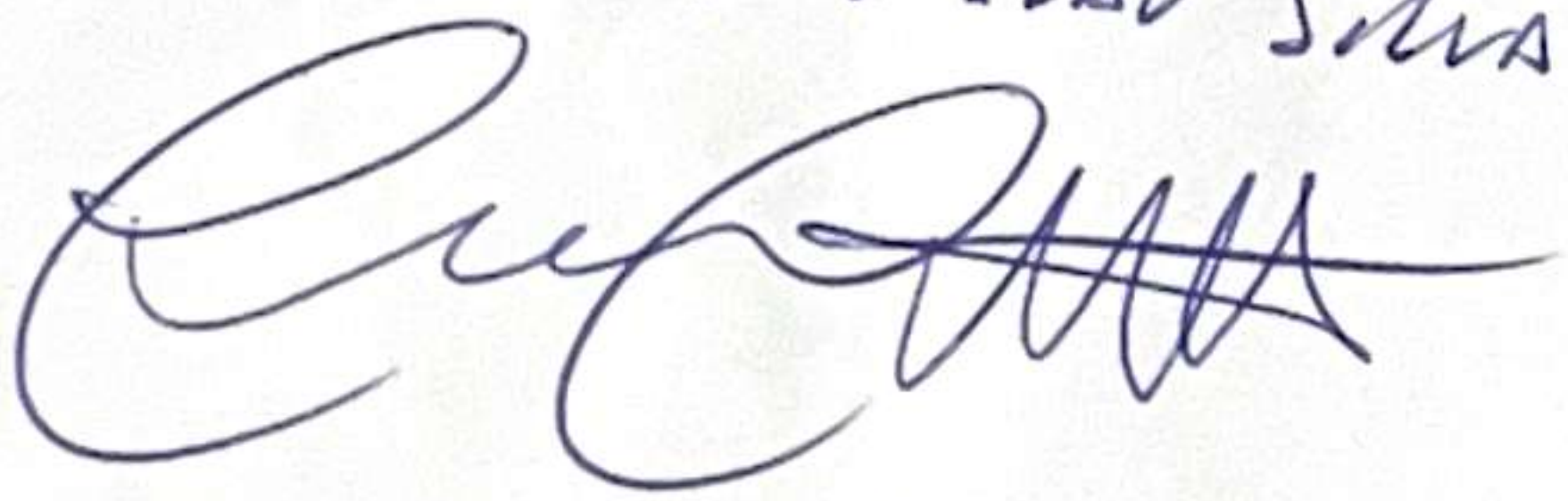
Contabilidade /
Consultoria CESPAM

Pendente

gov.br

Documento assinado digitalmente
ERICE BEZERRA CORREIA
Data: 23/04/2026 14:24:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Erice Bezerra Correia



Isabeline Pauletti Lima
Assessor Jurídico de Sog